



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Relatório sobre a revisão das demonstrações
contábeis intermediárias

Referente ao 1º trimestre de 2026.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Acionistas e aos Diretores do
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Hospital é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão com Ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para conclusão com ressalva

Limitações quanto à confiabilidade dos saldos de estoques

Em consonância com os procedimentos de auditoria requeridos pelas Normas Brasileiras de Auditoria Independente, especialmente a NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria e a NBC TA 501 – Evidência de Auditoria – Considerações Específicas para Itens Selecionados, quando da auditoria na data-base de 31 dezembro de 2025, realizamos testes sobre os controles físicos e saldos de estoques da unidade “Hospital Federal Bonsucesso”. O inventário físico conduzido pela administração apresentou, em listagem preliminar, divergências em 875 itens entre as quantidades físicas e os registros contábeis. Adicionalmente, em nossa amostragem independente, foram identificadas divergências em 28 itens testados, representando 100% da população selecionada para verificação. Tais achados evidenciam fragilidades relevantes nos controles internos dos estoques físicos e na acurácia dos registros de estoques, comprometendo a confiabilidade das informações subjacentes. Em decorrência dessas inconsistências e da impossibilidade de aplicação de procedimentos alternativos que permitissem concluir satisfatoriamente sobre a integridade, existência e adequada mensuração dos saldos registrados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto aos valores e quantidades apresentados na conta de estoques, não nos sendo possível assegurar que os saldos apresentados nas demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes. Em decorrência da materialidade dos saldos das contas do grupo em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 20.913.933 reais, e devido a não evidenciação de procedimentos de ajustes e mitigação dos pontos relatados acima descritos, este item se mantém ressalvado.

Ênfase

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o conteúdo das Notas Explicativas nº 40 e nº 46, que descrevem os impactos dos resultados acumulados da Entidade em sua situação patrimonial. No trimestre findo em 31 de março de 2026, a Entidade apurou prejuízo de R\$ 175.392 mil, elevando o saldo de prejuízos acumulados de R\$ 1.095.062 mil, em 31 de dezembro de 2025, para R\$ 1.270.129 mil. Em decorrência desse resultado, o passivo a descoberto aumentou de R\$ 655.463 mil, em 31 de dezembro de 2025, para R\$ 819.037 mil, em 31 de março de 2026. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis

aplicáveis à entidade em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos. A sustentabilidade financeira do Grupo depende da manutenção constante e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas Explicativas nº 7, 23, 27 e 39) repassados pelo Ministério da Saúde, recursos imprescindíveis para a continuidade da assistência hospitalar integralmente gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Entidade decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, exceto pelos efeitos do assunto constante na seção de Base para Conclusão com Ressalva, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Barueri, 29 de maio de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 65.932
Diretora Responsável Técnica

Eser Helmut Amorim
Contador CRC SP 307736/O-5
Sócio



GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE MARÇO DE 2026.**

Porto Alegre, 31 de março de 2026.

ÍNDICE

	Página
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	44

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 31/03/2026	Período Anterior 31/12/2025
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		509.329	349.482
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	101.433	99.263
Contas a Receber	(5)	6.244	6.230
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.2) (6)	(593)	(1.447)
Subvenções a Receber	(7)	327.013	172.959
Estoques	(3.3) (8)	45.913	49.682
Adiantamentos a Empregados	(9)	3.288	1.774
Tributos a Recuperar		281	121
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	(10)	17.060	10.766
Outras Contas a Receber	(11)	10.573	11.634
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(2.553)	(2.328)
Despesas Antecipadas		670	828
ATIVO NÃO CIRCULANTE		610.063	603.165
Realizável a Longo Prazo	(12)	96.055	93.687
Investimentos	(3.4) (14)	4.967	4.870
Imobilizado	(3.5) (15.1)	509.021	504.591
Direito de Uso de Arrendamentos	(3.7) (15.2)	-	-
Intangível	(3.8) (15.3)	20	17
TOTAL DO ATIVO		1.119.392	952.647

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		31/03/2026	31/12/2025
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		1.378.348	1.101.566
Fornecedores	(17)	61.532	38.140
Obrigações Trabalhistas	(18)	30.209	22.782
Obrigações Tributárias	(20)	24.532	47.895
Provisões Trabalhistas	(19)	202.385	151.440
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22.1)	539.240	510.847
Subvenções a Realizar	(23)	284.584	158.559
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (24)	-	-
Outras Contas a Pagar	(25)	235.866	171.903
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		560.081	506.544
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(22.2)	553.264	499.859
Provisão para Riscos Fiscais	(21)	6.817	6.685
Arrendamentos a Pagar	(24)	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(819.037)	(655.463)
Capital Social	(26)	336.785	336.785
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	59.024	47.206
Reserva de Reavaliação em Bens Próprios	(28)	16.114	16.210
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29)	39.169	39.398
Prejuízos Acumulados		(1.270.129)	(1.095.062)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.119.392	952.647

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		01/01/2026	01/01/2025
		31/03/2026	31/03/2025
RECEITA BRUTA		2.577	2.047
Prestação de Serviços	(30)	2.577	2.047
RECEITA LÍQUIDA		2.577	2.047
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(31)	(673.366)	(543.422)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(670.789)	(541.375)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(172.413)	(103.048)
Despesas Gerais e Administrativas	(32)	(90.694)	(69.031)
Outras Receitas Operacionais	(34)	5.573	3.468
Outras Despesas Operacionais	(35)	(87.292)	(37.485)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(843.202)	(644.423)
Despesas Financeiras	(37)	(8.043)	(419)
Receitas Financeiras	(38)	3.966	4.850
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL		(847.279)	(639.992)
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(39)	671.887	575.476
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(40)	(175.392)	(64.516)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM REAIS		(1,55)	(0,57)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		01/01/2026	01/01/2025
		31/03/2026	31/03/2025
PREJUÍZO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	(40)	(175.392)	(64.516)
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	96	96
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	229	230
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR		(175.067)	(64.190)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2025		270.303	66.482	16.594	40.316	(864.258)	(470.563)
Aumento de Capital	(26)	-	-	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	12.507	-	-	-	12.507
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(96)	-	96	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	-	-	-	(230)	230	-
Lucro (Prejuízo) do Período	(40)	-	-	-	-	(64.516)	(64.516)
Saldos em 31 de março de 2025		270.303	78.989	16.498	40.086	(928.448)	(522.572)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2026		336.785	47.206	16.210	39.398	(1.095.062)	(655.463)
Aumento de Capital	(26)	-	-	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	-	11.818	-	-	-	11.818
Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	-	(96)	-	96	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(29.1)	-	-	-	(229)	229	-
Lucro (Prejuízo) do Período	(40)	-	-	-	-	(175.392)	(175.392)
Saldos em 31 de março de 2026		336.785	59.024	16.114	39.169	(1.270.129)	(819.037)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		31/03/2026	31/03/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Período	(40)	(175.392)	(64.516)
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações	(15.1) (15.2)	9.233	7.461
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	482	492
Perdas Estimadas com Estoques		14	395
Custo do Imobilizado Baixado ou Indenizado		377	247
Provisões e Reversões		85.873	35.626
Realização das Subvenções para Custeio	(39)	(671.887)	(575.476)
Doações Recebidas		(1.839)	(476)
Resultado do Período Ajustado		(753.138)	(596.247)
Redução (Aumento) de Ativos:			
Contas a Receber		(1.087)	(2.007)
Subvenções a Receber		(154.054)	(284.887)
Estoques		3.755	(39.531)
Depósitos Vinculados ou Restituíveis		(6.294)	(64)
Outras Contas a Receber		(2.766)	(3.644)
Contas de Compensação		(3.571)	36.737
Aumento (Redução) de Passivos:			
Fornecedores		23.392	35.437
Subvenções a Realizar		126.025	265.301
Provisões para Indenizações Cíveis e Trabalhistas		(4.040)	(4.183)
Outras Contas a Pagar e Provisões		98.972	32.001
Contas de Compensação		3.571	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(669.235)	(561.087)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de Investimento	(15.1) (15.3)	(14.139)	(31.293)
Venda de Imobilizado			-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(14.139)	(31.293)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Subvenções para Custeio	(39)	671.887	575.476
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(27)	11.818	12.507
Doações Recebidas		1.839	476
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		685.544	588.459
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.170	(3.921)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		99.263	93.841
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	(4)	101.433	89.920
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.170	89.920
Disponibilidades em Conta Corrente		49	820
Disponibilidades em Aplicações Financeiras		2.121	89.100

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		31/03/2026	31/03/2025
RECEITAS		679.554	580.596
Prestação de Serviços	(30)	2.577	2.047
Subvenção para Custeio	(39)	671.887	575.476
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa		(483)	(395)
Outras Receitas		5.573	3.468
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(185.334)	(124.576)
Custo dos Serviços Prestados		(147.444)	(98.549)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(36.732)	(20.859)
Provisão para Indenizações Cíveis		(1.027)	(5.053)
Provisão para Riscos Fiscais		(131)	(115)
VALOR ADICIONADO BRUTO		494.220	456.020
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(15.1) (15.2)	(9.233)	(7.461)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		484.987	448.559
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		3.966	4.850
Receitas Financeiras	(38)	3.966	4.850
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		488.953	453.409
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		488.953	453.409
Pessoal		647.861	511.987
Remuneração Direta		561.824	447.702
Benefícios		51.085	31.384
FGTS		34.952	32.901
Impostos, Taxas e Contribuições		70	52
Federais			-
Estaduais			-
Municipais		70	52
Remuneração de Capitais de Terceiros		16.414	5.886
Juros		8.043	419
Aluguéis		8.371	5.467
Remuneração de Capitais Próprios		(175.392)	(64.516)
Resultado do Exercício	(40)	(175.392)	(64.516)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (valores em milhares de reais)

NOTA 1 CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

O Grupo Hospitalar Conceição S.A, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, configura-se como empresa pública de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo controle acionário é exercido pela União. Sua regência normativa emana do Decreto nº 7.718, de 4 de abril de 2012, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 pela Lei 15.233/2025 de 7 de outubro de 2025, de seu estatuto social e da legislação aplicável. Dotada de interesse e utilidade pública, a Sociedade tem por finalidade precípua, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento, a gestão, o desenvolvimento e a execução de ações e serviços de saúde, abrangendo a manutenção de estabelecimentos hospitalares, bem como atividades de ensino técnico e superior, e pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos na área da saúde, em consonância com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do Sistema Único de Saúde. A administração é exercida pelo Conselho de Administração (CA), órgão colegiado de deliberação estratégica e controle de gestão, e pela Diretoria Executiva (DE), órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por membros indicados pelo Ministério da Saúde (MS), pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), pelo Diretor-Presidente e por um representante indicado pelos empregados. A Diretoria Executiva (DE) é integrada pelo Diretor-Presidente, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, pelo Diretor de Atenção à Saúde e pela Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação. No exercício de 2024, o Grupo Hospitalar Conceição S.A estabeleceu uma filial no Estado do Rio de Janeiro, em atendimento às disposições de descentralização de serviços contidas no Termo de Execução Descentralizada nº 49/2024 e na Portaria/MS nº 5.514, de 14 de outubro de 2024.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As presentes demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da legislação societária (Lei nº 6.404/76 e suas alterações, bem como a Lei nº 11.638/07), às Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, orientações e interpretações emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e às diretrizes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, nos termos da Lei nº 4.320/64. A moeda funcional utilizada para fins de apresentação é o real (R\$). As demonstrações contábeis foram submetidas à aprovação da Diretoria Executiva (DE) em 05 de maio de 2026.

NOTA 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, discriminam-se as bases de reconhecimento e mensuração empregadas na elaboração das presentes demonstrações, assim como as principais práticas contábeis adotadas pela Entidade:

3.1 Receitas e Despesas – O reconhecimento das receitas e despesas observa o princípio do regime de competência. As receitas provenientes de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do período em que os recursos são efetivamente utilizados, em consonância com o item 2 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

3.2 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Constituída de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo Art. 8º da Lei nº 13.097/15 e com o Art. 71 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (Nota 6).

3.3 Estoques – São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

3.4 Investimentos – As participações societárias em outras entidades são ajustadas ao seu valor de mercado, e os demais investimentos, ao seu valor de realização estimado, sendo tais ajustes efetuados mediante a constituição ou reversão de provisões para perdas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14.

3.5 Imobilizado – O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente em conformidade com a legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997, os terrenos e edificações foram objeto de reavaliação por empresa especializada. Desde o exercício de 2009, a depreciação é calculada pelo método linear, incidente sobre o custo dos ativos, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a sua utilização, fundamentado em laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros são suportadas por contratos de cessão de uso com prazo de vigência indeterminado, sendo depreciadas em consonância com o prazo de vida útil estimado para os respectivos bens, o qual varia entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, reconhecida no imobilizado, foi calculada com base no prazo estabelecido nos contratos de locação dos imóveis. No exercício de 2010, adotou-se o custo atribuído (deemed cost) em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, o que gerou um ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os referidos ajustes foram reconhecidos em subcontas específicas do imobilizado.

3.6 Teste de Impairment – O teste de *impairment* (redução ao valor recuperável) deve ser aplicado com o objetivo de verificar a existência de evidências objetivas que indiquem uma potencial desvalorização de um ativo. Um ativo sofre perda por *impairment* quando há indícios objetivos de que um evento de perda ocorreu subsequentemente ao seu reconhecimento inicial e que tal evento gerou um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros esperados, desde que estes possam ser estimados com razoável grau de confiabilidade. No Grupo Hospitalar Conceição S.A, a depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada no tempo de vida útil estimado. Adicionalmente, em consonância com o item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e o Inciso IV do Artigo 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, os bens cujo custo de recuperação ou manutenção exceda 50% do seu valor de mercado são considerados irre recuperáveis e, consequentemente, baixados do ativo. Em 18 de fevereiro de 2026 a Diretoria atesta a inexistência de Indícios de Desvalorização de Ativos no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

3.7 Direito de Uso de Arrendamentos – Este ativo representa o direito do arrendatário de utilizar o ativo subjacente ao longo do prazo do arrendamento e encontra-se reconhecido no ativo não circulante (Nota Explicativas nº 3.9).

3.8 Intangível – O ativo intangível está apresentado ao custo de aquisição. A partir do exercício de 2009, a amortização é calculada linearmente, com base no tempo de vida útil estimado para a fruição dos respectivos bens (Nota Explicativa nº 15.3).

3.9 Arrendamentos – Estes representam os contratos de arrendamento que transferem o direito de utilizar um ativo por um período determinado, em contrapartida a uma remuneração, transferindo substancialmente os riscos e os benefícios inerentes ao ativo do arrendador para o arrendatário. Após análise minuciosa de todos os contratos de locação, aqueles que se enquadraram nos critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, tiveram reconhecidos o direito de uso e a respectiva depreciação no ativo não circulante, bem como a obrigação correspondente no passivo circulante e não circulante (Notas Explicativas nº 3.7 e 24).

3.10 Provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda – Embora a Entidade seja isenta da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) desde 2016, em virtude da obtenção da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS), obteve em 20 de novembro de 2018, por decisão judicial, a imunidade relativamente às contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público

(PIS/PASEP), para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e para a própria CSLL. Em decorrência, a provisão para esses tributos não é mais calculada, situação análoga à do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) desde o reconhecimento da imunidade tributária incidente sobre os impostos em 2015.

3.11 Conta de Compensação – No primeiro semestre de 2025, em consonância com os preceitos da NBC TG 00 - Escrituração Contábil, utilizou-se conta de compensação para o controle e registro do estoque recebido por ocasião da descentralização dos serviços, da filial do Rio de Janeiro, conforme disposto na Portaria nº 5.514, de 14 de outubro de 2024. Em observância ao artigo 7º, parágrafo único, da referida portaria, o controle patrimonial dos referidos estoques permanecerá sendo realizado por meio de conta de compensação até a emissão de atos normativos complementares pelo Ministério da Saúde.

NOTA 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Numerário Disponível	61	12
Aplicações Financeiras	101.372	99.251
Total	101.433	99.263

São recursos, em moeda nacional, depositados na conta única do governo federal e aplicações financeiras de liquidez imediata, mensurados e avaliados pelo valor do custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

NOTA 5 CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Créditos com Pesquisas	2.641	2.653
Convênio Escola GHC - Estágios	159	3.577
Convênio FAURGS – Pesquisas e Estágios	3.444	-
Total	6.244	6.230

5.1 Créditos com Pesquisas – São créditos a receber referentes a 10% do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados para avaliar a eficácia e a segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.

5.2 Convênio Escola GHC – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes a estágios realizados nas diversas unidades do Grupo Hospitalar Conceição S.A. por alunos de outras instituições de ensino, da área da saúde, como medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, odontologia, graduação e técnicos de enfermagem, radiologia e nutrição.

5.3 Convênio Faurgs – Pesquisas e Estágios – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referente as pesquisas e estágios vinculados ao convênio com a FAURGS relacionado ao Plano de Desenvolvimento da Inovação e da Pesquisa.

NOTA 6 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Período Atual					Período Anterior			
Contas	Saldo Inicial	31/03/2026			Saldo Inicial	31/12/2025		
		Acréscimos	Baixas	Total		Acréscimos	Baixas	Total
ATIVO CIRCULANTE								
Contas a Receber								
Sócios Locatários	-	-	-	-	(38)	(1)	39	-
Outros Clientes	(1.447)	(218)	1.072	(593)	(480)	(1.173)	206	(1.447)
Subtotal	(1.447)	(218)	1.072	(593)	(518)	(1.174)	245	(1.447)
Outras Contas a Receber								
Devolução e Abat. a Fornecedores	(1.961)	(235)	-	(2.196)	(2.677)	(486)	1.202	(1.961)
Adiantamentos a Empregados	(345)	-	-	(345)	(119)	(335)	109	(345)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(23)	(35)	46	(12)	(96)	(33)	106	(23)
Subtotal	(2.328)	(270)	46	(2.553)	(2.891)	(854)	1.417	(2.328)
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Município de Porto Alegre	(3.335)	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	(3.335)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(5.035)	-	-	(5.035)	(5.035)	-	-	(5.035)
Funcionários	(193)	-	-	(193)	(138)	(101)	46	(193)
Diversos créditos	(1.431)	(1)	-	(1.432)	(153)	(1.279)	1	(1.431)
Perdas Estimadas com Créditos – Escola	(0)	(1.050)	15	(1.035)				
Subtotal	(9.994)	(1.051)	15	(11.030)	(8.661)	(1.380)	47	(9.994)
Total	(13.770)	(1.535)	1.129	(14.176)	(12.071)	(3.408)	1.709	(13.770)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 7 SUBVENÇÕES A RECEBER

Contas		Período Atual				
		31/03/2026				
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento	Suplementação / Remanejo	Valor Recebido	Remanejo/ Canc/Dev	Saldo Final
Manutenção do Custeio	14.186	400.000	-	(91.620)	(13)	322.553
Reformas	1.898	947	-	(1.335)	-	1.510
Crédito Extraordinário MP - 1218/24	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada de Recursos 49/2024 - HFB	156.875	54.000	-	-	(210.875)	-
Emendas Parlamentares para Custeio	-	2.950	-	-	-	2.950
Total	172.959	457.897	-	(92.955)	(210.888)	327.013

Contas		Período Anterior				
		31/12/2025				
ATIVO CIRCULANTE	Saldo Inicial	Apropriação Orçamento	Suplementação/ Remanejo	Valor Recebido	Remanejo/ Canc/Dev	Saldo Final
Manutenção do Custeio	13.139	322.000	73.260	(393.678)	(535)	14.186
Reformas	2.581	-	18.363	(19.046)	-	1.898
Crédito Extraordinário MP - 1218/24	702	-	-	(665)	(37)	-
Termo de Execução Descentralizada de Recursos 49/2024 - HFB	14.500	40.162	104.690	-	(2.477)	156.875
Termo de Execução Descentralizada de Recursos 151/2024 - MS	12.631	-	-	-	(12.631)	-
Total	43.553	362.162	196.313	(413.389)	(15.680)	172.959

Em atendimento à Resolução nº 2017 - NBC TG 07 (R2) do Conselho Federal de Contabilidade, que normatiza a contabilização de Subvenção e Assistência Governamentais, registra-se que as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde estão evidenciadas no ativo circulante, com a correspondente contrapartida no passivo circulante, pelo montante integral dos recursos orçamentados para o Grupo Hospitalar Conceição S.A. no âmbito do Orçamento da Seguridade Social.

Os valores reconhecidos decorrem da aprovação legislativa consubstanciada na Lei Orçamentária Anual nº 15.346, de 2026, e na Lei Orçamentária Anual nº 15.121, de 2025. A subsequente transferência dos recursos pelo ente governamental, em consonância com o fluxo financeiro da Instituição, implica a baixa dos respectivos saldos contábeis (vide Notas Explicativas nº 23 e 39). As subvenções destinam-se ao financiamento das seguintes categorias de dispêndio:

7.1 Manutenção do Custeio – São os recursos recebidos pela prestação de serviços que integram o Orçamento da Seguridade Social para manutenção do custeio.

7.2 Reformas e Demais Custeios – Referem-se à cobertura de despesas relacionadas à manutenção de bens imóveis e à execução de intervenções de reforma.

7.4 Termo de Execução Descentralizada de Recursos – Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi formalmente autorizado Termo de Execução Descentralizada com objetivo de manutenção do custeio da filial do Rio de Janeiro. No primeiro trimestre de 2026 os valores foram estornados considerando que os recursos financeiros recebidos são escriturados como obrigação de prestação de contas no passivo.

7.5 Emendas Parlamentares para Custeio – Refere-se a orçamento com origem nas emendas de parlamentares para custeio do hospital.

NOTA 8 ESTOQUES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Almoxarifados	38.386	41.582
Farmácias	4.401	5.443
Subalmoxarifados	3.690	3.223
Perdas Estimadas com Estoques	(564)	(566)
Total	45.913	49.682

A composição dos estoques abrange materiais destinados ao consumo no processo de prestação de serviços de saúde, sendo sua apresentação segregada por local de armazenamento. A avaliação dos estoques é efetuada pelo método do custo médio ponderado de aquisição, o qual reflete a média dos custos incorridos nas aquisições dos itens. Os itens integrantes do ativo circulante classificados como estoques são reconhecidos no resultado do período, em observância ao princípio da competência, no momento de seu consumo nas atividades operacionais da Entidade, conforme tabela a seguir do comparativo entre os exercícios:

Custo Estoques reconhecido no resultado	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/03/2025
Consumo dos Serviços Prestados	72.814	61.110
Consumo Geral e Administrativo	7.457	5.361
Total	80.271	66.471

Este montante compreende os custos diretamente atribuíveis a atividades operacionais da entidade e os custos indiretos com as atividades administrativas.

NOTA 9 ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Salários – Saldo Devedor	3.096	1.740
Salário Maternidade	8	-
Vale Transporte	36	34
Suprimento de Fundos	148	-
Total	3.288	1.774

O vale transporte e o saldo devedor são valores que não foram descontados dos empregados por estarem afastados do trabalho sem receber salário ou foram desligados. O valor do suprimento de fundos se refere ao limite de crédito colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal.

NOTA 10 DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas	Período Atual					Período Anterior				
	31/03/2026					31/12/2025				
	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final
Retido de Fornecedores	10.766	8.899	268	(2.873)	17.060	8.251	6.557	765	(4.807)	10.766
Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	10.766	8.899	268	(2.873)	17.060	8.251	6.557	765	(4.807)	10.766

Os valores retidos de fornecedores em cumprimento ao Art. 45, Inciso IX, Alínea “a” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC, visam garantir o pagamento dos encargos trabalhistas quando devidos pelas empresas terceirizadas aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar.

NOTA 11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	281	321
Cessão de Pessoal a Outras Entidades	15	15
Devoluções, Abatimentos e Multas a Fornecedores	3.482	2.949
Adiantamentos a Terceiros	2.003	1.867
Processos Seletivos	3.397	5.036
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	14	16
Outros Créditos a Receber – Aluguéis	9	9
Outros Créditos a Receber – Exclusividade Prestação Serviços Bancários	1.065	1.104
Outros Créditos a Receber – Rendimento de Aplicações Financeiras	289	287
Outros Créditos a Receber – Gestão Cadastro Empréstimos Consignados	-	-
Outros Créditos a Receber – M.I Montreal Informática S.A	18	30
Total	10.573	11.634

11.1 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – Os valores registrados nesta conta têm relação com o ressarcimento de salários dos empregados públicos do Grupo Hospitalar Conceição S.A. que foram cedidos a diversas Secretarias Municipais do Estado do Rio Grande do Sul e para as Secretarias de Saúde dos Estados do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte.

11.2 Cessão de Pessoal a Outras Entidades – Trata-se do ressarcimento de salários pagos a funcionário cedido para o Conselho Federal de Enfermagem.

11.3 Devoluções, abatimentos e multas a fornecedores – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.

11.4 Adiantamentos a Terceiros – São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos

funcionários no início do próximo mês.

11.5 Processos Seletivos – São créditos a receber oriundos de taxas de inscrição em concursos públicos arrecadadas por empresas contratadas pelo Grupo Hospitalar Conceição S.A para elaboração de processos seletivos.

11.6 Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais – Saldo refere-se ao acordo judicial com ex funcionário a ser pago em 60 parcelas.

11.7 Outros Créditos a Receber – São créditos a receber referentes a aluguéis de áreas físicas para associações de funcionários e, também, de uma sala destinada a cafeteria localizada no pavimento térreo do Centro Administrativo do GHC, locada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP, a 12ª parcela do contrato de exclusividade, pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha, depósitos judiciais do Banco do Brasil S.A com validade de abril de 2025 a abril de 2030, pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados pela empresa MI Montreal Informática S.A. e rendimentos de aplicações financeiras.

NOTA 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Convênio	74	73
Créditos e Valores – Clientes	40.127	40.127
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Cível	215	215
Crédito e Valores – Empregados	616	522
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	19.812	19.665
Depósitos Judiciais Trabalhistas	14.498	14.598
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – COFINS	751	741
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ICMS	1.568	1.547
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Municipais	25.145	24.461
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ADIR/Estadual	430	431
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	1.299	1.301
Outros Clientes	2.516	-
Tributos a Recuperar	26	-
Processos Seletivos	9	-
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(11.031)	(9.994)
Total	96.055	93.687

12.1 Convênio – Refere-se ao valor repassado, em 27 de janeiro de 2010, à entidade conveniada denominada Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais foram recebidas somente quarenta parcelas, restando vinte parcelas a receber.

12.2 Créditos e Valores: a) De Clientes – São valores faturados contra o Município de Porto Alegre/RS pelos serviços prestados durante os meses de maio de 2014 a novembro de 2017, ainda pendentes de recebimento. Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a título de complemento de faturamento. Com a finalidade de realizar esses créditos, o Grupo Hospitalar ingressou com ação judicial de cobrança. b) De Repetição de Indébito Cível – Resultado de uma sindicância no valor de R\$ 84 transferido do ativo circulante para o longo prazo, em maio de 2021, contra a empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. e mais quatro ações de regresso contra a Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. no valor de R\$ 131, totalizando R\$ 215. c) De Crédito e Valores de Empregados

– Saldo a receber de funcionários demitidos que não tiveram o desconto em rescisão e de afastados que não podem ser descontados até seu retorno que não há prazo estipulado.

12.3 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 4.939, aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 12.894, Canoas, R\$ 316, Sapucaia do Sul, R\$ 467 e Fortaleza, R\$ 1.196. Os saldos são compostos pelo principal e as devidas atualizações nos casos de precatórios emitidos.

12.4 Depósitos Judiciais Trabalhistas – São valores depositados na Caixa Econômica Federal – CEF para interposição de recursos na justiça do trabalho. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Grupo Hospitalar Conceição S.A.

12.5 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Oriundos de ações judiciais tributárias de repetição de indébito: a) Da COFINS – Está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebida; b) Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, com precatório emitido. As duas ações estão sendo atualizadas pela SELIC; c) Dos Tributos Municipais – Também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre/RS, cujo acordo assinado em 12 de maio de 2016, deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de dação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889, a segunda parte, no valor de R\$ 12.269, deve ser paga com recursos financeiros, e a terceira parte deverá ser quitada pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Grupo Hospitalar, por R\$ 1.072, e a construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 11.120, totalizando R\$ 24.461 d) Do Adicional de Imposto de Renda – ADIR/Estadual – Pago de outubro de 1991 a outubro de 1993, este processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543.

12.6 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Refere-se majoritariamente por créditos decorrentes de cessão de pessoal a órgãos públicos, sendo R\$ 4.874 relativos a Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul e R\$ 3.496 a diversos Municípios do mesmo Estado. Adicionalmente, a provisão contempla R\$ 1.432 referentes a créditos com empresas em processo de cobrança judicial, R\$ 193 correspondentes a saldos devedores de funcionários desligados ou afastados e R\$ 1.036 referente a créditos da escola GHC.

NOTA 13 ATIVOS CONTINGENTES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Contribuições Previdenciárias	1.125.648	1.112.972
Total	1.125.648	1.112.972

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBCTG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização possível, referente às ações de repetição de indébito das contribuições previdenciárias (INSS Patronal e Terceiros), originárias do processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 24 de agosto de 2018.

NOTA 14 INVESTIMENTOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Participações Societárias	5.007	4.910
Em Outras Empresas	44	43
Em Outros Investimentos – AHPA	4.963	4.867
Perdas Estimadas	(40)	(40)
Em Outras Empresas	(40)	(40)
Total	4.967	4.870

O investimento na AHPA, sem remuneração direta (exceto em caso de retirada com retorno do capital original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme estatuto), enseja o cálculo de provisão/reversão de perdas com base no patrimônio líquido da investida, limitado ao investimento atualizado pelo IGPM-FGV (Art. 49 do estatuto). No 1T25, a provisão societária na AHPA apresentou saldo positivo de R\$ 96 (R\$ 259 em 2025), fundamentada no balancete de fevereiro de 2026, sendo a participação do Grupo Hospitalar Conceição S.A de 55,14% do capital social da AHPA.

Balancete Patrimonial e Demonstração do Resultado da AHPA	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Ativo Circulante	8.490	9.165
Ativo Não Circulante	11.842	11.880
Total do Ativo	20.332	21.045
Passivo Circulante	7.212	7.767
Passivo Não Circulante	4.119	4.451
Patrimônio Líquido	8.959	8.185
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	20.290	20.403
Receitas	4.591	23.896
Despesas	(4.549)	(23.255)
Superávit (Déficit) do Período	42	641
Serviços Prestados para Unidades Hospitalares do GHC (em reais)	4.261	16.336
Roupa Processada para o GHC (em quilos)	1.029	4.449

NOTA 15 IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

15.1 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Imobilizado

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2025	01/01/2026 a 31/03/2026			31/03/2026
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
IMOBILIZADO						
Terrenos	-	53.345	-	-	-	53.345
Edificações	10 a 60	253.145	-	-	-	253.145
Edificações em Imóveis de Terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	50 a 60	3.194	-	-	-	3.194
Instalações	5 a 60	83.911	325	(52)	-	84.183
Instalações em Imóveis de Terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	3 a 25	270.107	1.261	(2.067)	1.571	270.872
Outras Máquinas e Equipamentos	3 a 25	12.204	10	(199)	-	12.015
Móveis e Utensílios	3 a 25	31.012	474	(149)	109	31.447
Veículos	5 a 10	777	-	-	-	777
Equipamentos de Processamento de Dados	3 a 20	70.002	1.099	(385)	-	70.716
Construções em Andamento	-	39.885	7.703	-	-	47.588
Outras Imobilizações em Andamento	-	19.985	3.111	-	(1.680)	21.416
Estudos e Projetos em Andamento	-	4.204	56	-	-	4.260
Subtotal		842.146	14.040	(2.852)	-	853.334
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA						
Edificações	-	(60.006)	(1.208)	-	-	(61.214)
Edificações em Imóveis de Terceiros	-	(246)	(1)	-	-	(247)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(1.041)	(12)	-	-	(1.053)
Instalações	-	(45.274)	(969)	52	-	(46.191)
Instalações em Imóveis de Terceiros	-	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	-	(159.014)	(4.593)	1.719	-	(161.887)
Outras Máquinas e Equipamentos	-	(6.900)	(150)	193	-	(6.856)
Móveis e Utensílios	-	(18.727)	(442)	133	-	(19.036)
Veículos	-	(757)	(7)	-	-	(765)
Equipamentos de Processamento de Dados	-	(45.582)	(1.851)	377	-	(47.056)
Subtotal		(337.555)	(9.233)	2.475	-	(344.313)
Total		504.591	4.807	(377)	-	509.021

Nota: Vida útil Estimada em Anos

15.3 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Intangível

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2025 Custos	01/01/2026 a 31/03/2026 Adições	Baixas	Transf.	31/03/2026 Custos
INTANGÍVEL						
Software	3	438	-	-	-	438
Marcas e Patentes	-	17	3	-	-	20
Amortização Acumulada - Software	-	(438)	-	-	-	(438)
Total		17	3	-	-	20

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

Os ativos classificados como Software são os programas em uso e Marcas e Patentes e compreendem os gastos capitalizados para o registro da marca nominativa “GHC” e o depósito de patente de modelo de utilidade junto ao INPI, referente ao sistema de aero câmara para pacientes em ventilação assistida.

NOTA 16 PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos com Partes Relacionadas

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Investimentos – Associação dos Hospitais de Porto Alegre	4.963	4.867
Total	4.963	4.867

16.2 Efeitos no Resultado

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/03/2025
Serviços de Higienização de Roupas (AHPA)	4.261	3.641
Ganhos Estimados com Investimentos (AHPA)	96	259

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de dezembro de 2018 e subsequentemente revisada em 22 de dezembro de 2021, consoante a Ata nº 149 do referido Conselho. A elaboração da referida Política observou estritamente os termos da legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a Lei nº 13.303/16 (Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas Subsidiárias), o Decreto nº 8.945/16 (que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.303/16) e a Resolução nº 2014 - NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – do Conselho Federal de Contabilidade. O objeto do contrato consiste na prestação de serviços especializados de higienização de vestuário e enxoval hospitalar ao GHC com prazo de vigência de doze meses, facultando-se a sua prorrogação dentro dos limites legais aplicáveis. A participação societária na AHPA encontra-se detalhadamente descrita na Nota Explicativa nº 14 destas demonstrações contábeis.

16.3 Remuneração Paga ao Pessoal-Chave da Administração

	Período Atual		Período Anterior	
	31/03/2026		31/03/2025	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Diretoria Executiva	4	373	4	354
Remuneração	-	348	-	332
Remuneração Variável a Administradores	-	-	-	-
Um Terço de Férias	-	-	-	-
Gratificação Natalina	-	-	-	-
FGTS	-	25	-	22
Conselho de Administração	5	50	7	54
Conselho Fiscal	5	35	4	35
Comitê de Auditoria	3	38	3	36
Total	18	496	18	479

Em Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 28 de abril de 2025, deliberou-se, conforme ata nº 377, pela reeleição dos atuais membros da diretoria executiva para o biênio 2025/2027. A Assembleia Geral Ordinária (AGO), datada de 28 de abril de 2025, deliberou pela aprovação do montante global da remuneração dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria para o período de 2025-2026. Referida deliberação fundamenta-se nos dispositivos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016, observando as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e as resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), conforme as orientações constantes na Nota Técnica SEI nº 14764/2025/MGI, nos seguintes limites: Administração (Presidente, Diretores e membros do Conselho de Administração): até R\$ 2.955.093,64, Conselho Fiscal: até R\$ 113.166,00 e Comitê de Auditoria: até R\$ 150.995,20.

NOTA 17 FORNECEDORES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	61.532	38.140
Total	61.532	38.140

Esta rubrica do passivo circulante representa o montante das obrigações pecuniárias decorrentes da aquisição de bens ou da contratação de serviços. O reconhecimento contábil dos valores correspondentes é efetuado com base nas respectivas notas fiscais e demais documentos comprobatórios de cobrança, os quais culminarão em futura liquidação financeira pela Entidade.

NOTA 18 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores	1.112	728
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas na Folha de Pagamento	9.121	8.991
Obrigações Sociais e Previdenciárias – FGTS	11.206	11.298
Obrigações Trabalhistas	8.770	1.758
Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos	-	7
Total	30.209	22.782

18.1 Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores: Referem-se aos valores retidos a título de contribuição previdenciária incidente sobre o montante das notas fiscais concernentes à prestação de serviços.

18.2 Obrigações Sociais e Previdenciárias – Folha de Pagamento: Referem-se aos valores retidos a título de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de pagamento.

18.3 Obrigações Sociais e Previdenciárias – FGTS: Denotam os montantes concernentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), incidentes sobre a folha de pagamento dos funcionários.

18.4 Obrigações Trabalhistas: Consiste na participação do Grupos Hospitalar Conceição S.A como patrocinadora da previdência complementar e salários devolvidos por inconsistência bancária.

18.5 Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos: Consiste no saldo de reembolso pendente referente a funcionários cedidos de outros órgãos.

NOTA 19 PROVISÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Provisão de Férias	165.948	151.440
Provisão para 13º Salário	36.437	-
Total	202.385	151.440

19.1 Provisão de Férias: A provisão para férias é constituída mensalmente, em estrita observância à legislação laboral vigente, abrangendo, adicionalmente, o terço constitucional previsto no ordenamento jurídico.

19.2 Provisão para 13º Salário: A provisão para 13º é constituída mensalmente, em estrita observância à legislação laboral vigente.

NOTA 20 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Obrigações Tributárias	24.532	47.895
Total	24.532	47.895

Esta rubrica compreende o montante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os rendimentos do trabalho, declarado por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social). Inclui, outrossim, as demais retenções federais que, em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021, e a Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, passaram a ser consolidadas no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) numerado, gerado pela transmissão da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), no início do mês subsequente à ocorrência do respectivo fato gerador. Os valores apurados serão objeto de recolhimento até o vigésimo dia do mês subsequente ao da apuração.

NOTA 21 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/03/2026		31/12/2025	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Contribuições Sociais				
Contribuições Previdenciárias	-	6.816	-	6.685
Total	-	6.816	-	6.685

As contribuições previdenciárias não retidas, referentes aos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros), foram provisionadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021. Tal provisionamento decorre da obtenção de imunidade tributária pelo Grupo, isentando-o do pagamento da cota patronal e de terceiros. Considerando a legislação vigente, que estabelece a retenção de 20% e não 11% (alíquota efetivamente retida de 2018 a 2021), apurou-se uma diferença de 9% não retida para os contribuintes não abrangidos pelo Mandado de Segurança nº 2003.71.00.034766-2/RS, impetrado pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERGS. Este mandado de segurança dispensa o empregador dos filiados daquele sindicato de reter 20%, permitindo a continuidade da retenção de 11%. A retenção da alíquota de 11% foi aplicada indistintamente a todos os contribuintes individuais, resultando na diferença de 9%. Esta diferença foi objeto de auditoria pela Receita Federal do Brasil, que intimou o Grupo a retificar as Guias de Recolhimento e de Informações à Previdência Social – GFIP's dos exercícios de 2018 e 2019. O processo de fiscalização referente aos exercícios de 2018 e 2019 foi concluído, e os valores devidos, decorrentes das GFIP's retificadas e atualizadas mensalmente, foram pagos até abril de 2023. Embora os exercícios de 2020 e 2021 não tenham sido incluídos na fiscalização da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais foram devidamente provisionadas

NOTA 22 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

22.1 Com Classificação de Risco Praticamente Certo

Contas		Período Atual			
		31/03/2026			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.697	419.725	26.237	(4.040)	441.922
Indenização Cível	242	11.427	6.196	-	17.623
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	1.940	510.847	32.433	(4.040)	539.240
Contas		Período Anterior			
		31/12/2025			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.828	356.688	86.521	(23.483)	419.725
Indenização Cível	155	10.664	1.079	(316)	11.427
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	1.984	447.046	87.600	(23.799)	510.847

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

22.2 Com Classificação de Risco Provável

Contas		Período Atual			
		31/03/2026			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.519	471.868	58.575	-	530.443
Indenização Cível	293	27.947	(5.170)	-	22.777
Indenização Cível - Imunidade	1	44	1	-	45
Total	1.813	499.859	53.405	-	553.264
Contas		Período Anterior			
		31/12/2025			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.440	457.990	13.878	-	471.868
Indenização Cível	348	14.037	15.064	(1.154)	27.947
Indenização Cível - Imunidade	1	42	2	-	44
Total	1.789	472.069	28.944	(1.154)	499.859

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

As provisões para indenizações cíveis e trabalhistas são objeto de reavaliação periódica, em consonância com o estabelecido no Item 59 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e representam a melhor estimativa corrente dos dispêndios prováveis na data do balanço. Para todos os processos judiciais de natureza cível ou trabalhista com probabilidade de perda classificada como praticamente certa, a respectiva provisão encontra-se reconhecida no passivo circulante. Nos casos em que a probabilidade de perda é avaliada como provável, a provisão é alocada no passivo não circulante. Os processos trabalhistas referem-se, fundamentalmente, a demandas judiciais intentadas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, em sua maioria, são promovidos por pacientes e versam, precipuamente, sobre pleitos de indenização por dano moral, reparação por alegado erro médico e constituição de pensionamento vitalício. A partir do exercício de 2020, o orçamento destinado à quitação de precatórios é transferido diretamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), entidade responsável pela efetivação dos pagamentos aos beneficiários. Em decorrência, os recursos financeiros correspondentes são repassados diretamente ao referido tribunal, e a provisão anteriormente constituída é baixada. Durante o exercício de 2011, constituiu-se provisão de natureza cível para o pagamento de honorários advocatícios relativos à propositura de ação judicial visando ao reconhecimento de imunidade tributária, esta provisão está contabilizada tanto no passivo circulante quanto no não circulante. Os valores das provisões para processos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados mensalmente por meio de índices de inflação, em estrita conformidade com a determinação judicial específica de cada processo, não havendo, portanto, um índice de correção monetária uniforme para todas as demandas. Os índices de atualização monetária aplicados incluem o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e a Taxa Referencial (TR). Em casos específicos, são aplicados juros de mora à taxa de 0,5% ou 1,0% ao mês, conforme a decisão judicial prolatada.

22.3 Com Classificação de Risco Possível

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/03/2026		31/12/2025	
	Processos ¹	Valores Estimados	Processos ¹	Valores Estimados
Processos Judiciais				
Processos Cíveis	506	180.995	498	183.364
Processos Trabalhistas	1.071	181.399	1.074	181.175
Total	1.577	362.394	1.572	364.539

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

Os processos judiciais e administrativos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são objeto de reconhecimento no passivo. Em consonância com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tais contingências passivas são divulgadas em notas explicativas, fornecendo informações relevantes para a compreensão da potencial exposição da Entidade a obrigações futuras, sem que haja, contudo, o reconhecimento de uma provisão no balanço patrimonial.

NOTA 23 SUBVENÇÕES A REALIZAR

Contas	Período Atual					
	31/03/2026					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Supl/Rem/Extr	Valor Realizado	Cancelado/ Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	7	583.523	-	(553.087)	(30.443)	-
Manutenção do Custeio	43	400.000	-	(118.274)	(1)	281.768
Reformas	1.633	947	-	(1.072)	-	1.508
Termo de Execução Descentralizada 49/2024 - HFB	156.875	54.000	-	-	(210.875)	-
Termo de Execução Descentralizada 151/2024 - MS	-	-	-	-	-	-
Emendas Parlamentares para Custeio	-	2.950	-	(1.642)	-	1.308
Total	158.559	1.041.420	-	(674.075)	(241.319)	284.584

Contas	Período Anterior					
	31/12/2025					
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Supl/Rem/Extr	Valor Realizado	Cancelado/ Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE						
Despesas com Pessoal	-	2.300.371	-	(2.276.870)	(23.494)	7
Manutenção do Custeio	6.476	322.000	73.260	(401.158)	(535)	43
Reformas	2.434	5.670	12.694	(19.165)	-	1.633
Atenção à Saúde	1	-	-	-	(1)	-
Crédito Extraordinário	53	-	-	(15)	(38)	-
Termo de Execução Descentralizada 49/2024 - HFB	14.500	40.162	104.690	-	(2.477)	156.875
Termo de Execução Descentralizada 151/2024 - MS	12.631	-	-	-	(12.631)	-
Total	36.095	2.668.203	190.644	(2.697.208)	(39.176)	158.559

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas no passivo circulante como subvenção para custeio de:

23.1 Subvenções para Despesas com Pessoal – Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.

23.2 Subvenções para Manutenção do Custeio – A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante. À medida que as despesas são pagas com estes recursos, as mesmas, são registradas contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção.

23.3 Subvenções para Reformas - Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas). O valor a receber é reconhecido no ativo circulante (nota 7) tendo como contrapartida o passivo circulante e a transferência para o resultado, em conta da receita, ocorre na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, contabilizada pelo regime de competência.

23.4 Atenção à Saúde – Recurso orçamentário recebido por meio da emenda 019/2023 para atender projetos de

atenção à Saúde em serviços ambulatoriais e hospitalares.

23.5 Crédito Extraordinário – Em maio de 2024 foi recebido um crédito extraordinário de R\$ 62.500, a fim de atendimento de medidas emergenciais em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

23.6 Termo de Execução Descentralizada – Termo de Execução Descentralizada de Recursos -Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram formalmente autorizados os seguintes Termos de Execução Descentralizada: TED nº 49/2024, no valor de R\$ 14.500 e TED nº 151/2024, no montante de R\$ 12.631. No exercício de 2025 a TED nº 49/2024 teve apropriação orçamentária de R\$ 40.162 e um destaque orçamentário no valor de R\$ 30.551. A TED nº 151/2024 foi orçamentariamente cancelada.

23.7 Emendas Parlamentares para Custeio - Refere-se a orçamento com origem em emendas de parlamentares para custeio do hospital.

NOTA 24 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/03/2026		31/12/2025	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Arrendamentos Imobiliários				
Saldo no Início do Período	-	-	324	-
Reajuste	-	-	410	88
Pagamento	-	-	(342)	-
Transferência	-	-	24	(24)
Novo Contrato	-	-	462	283
Baixa	-	-	(878)	(347)
Saldo no Final do Período	-	-	-	-

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Em 2019, por ocasião da adoção inicial, foram analisados todos os contratos vigentes em que o Grupo é o arrendatário, destes apenas três de locação de imóveis como arrendatário se enquadraram na referida norma. No exercício de 2025 reavaliamos a materialidade dos contratos e identificamos que os mesmos não tratam de arrendamento.

NOTA 25 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Outras Contas a Pagar		
Obrigações com Entidades Públicas - TED	212.839	154.995
Depósitos Retidos de Fornecedores	17.520	10.924
Contribuições e Consignações de Empregados	5.361	5.984
Obrigações com Outras Entidades	146	-
Total	235.866	171.903

25.1 Obrigações com Entidades Públicas - TED – Compreende transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendente de comporvação em Termo de Cumprimento de Objeto.

Ano de Cel.	Número da TED	Descentralizadora	Valor Recebido
2024	49/2024	União – MS	212.839
Total			212.839

25.2 Depósitos Retidos de Fornecedores – São valores retidos dos fornecedores de prestação de serviços com cessão de mão de obra, com base no Art. 45, Inciso IX, Alínea “a”, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC. O valor retido é depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A. e está registrado no ativo circulante na conta de depósitos vinculados ou restituíveis. A baixa ocorrerá somente quando o valor for liberado para o fornecedor, após este comprovar que cumpriu todas as obrigações previstas na referida legislação.

25.3 Contribuições e Consignações de Empregados – Refere-se a valores devolvidos para a conta e valores retidos para liquidação de consignados CLT.

NOTA 26 CAPITAL SOCIAL

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	31/03/2026		31/12/2025	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Ações				
Ordinárias	108.511.628	323.289	108.511.628	323.289
Preferenciais	4.530.000	13.496	4.530.000	13.496
Total	113.041.628	336.785	113.041.628	336.785

O capital social da entidade, integralmente pertencente à União e totalmente realizado, é composto por ações sem valor nominal. Estatutariamente, prevê-se a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual equivalente a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, assegura-se aos acionistas detentores de ações preferenciais prioridade no recebimento de dividendos anuais de 10%, superiores à remuneração destinada às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2025, deliberou-se pela capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), ingressado no exercício de 2024, no montante de R\$ 66.482 milhões.

NOTA 27 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Capital Social		
Saldo no Início do Período	47.206	66.482
Valor Capitalizado	-	(66.482)
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital Recebidos	11.818	47.206
Saldo no Final do Período	59.024	47.206

Nesta conta, estão classificados os recursos recebidos e utilizados no pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis. O montante recebido durante o ano é capitalizado no ano seguinte até a data limite da aprovação das contas do exercício, em que ocorrer a transferência, conforme determina o Art. 2º, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, alterado pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, (Nota 26). Os valores recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital no exercício de 2024, no total R\$ 66.482, foram capitalizados por deliberação em Assembléia Geral Extraordinária de 28 de abril 2025.

NOTA 28 RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/03/2026			31/12/2025		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	7.179	(96)	7.084	7.564	(385)	7.179
Total	16.210	(96)	16.114	16.594	(385)	16.210

Em 25 de agosto de 1997, procedeu-se à reavaliação dos ativos imobilizados tangíveis, compreendendo terrenos e edificações, por intermédio de laudo elaborado por perito avaliador independente. O objetivo desta reavaliação consistiu na equiparação dos valores contábeis dos referidos bens aos seus respectivos valores de mercado, visando a fidedignidade e a comparabilidade das informações patrimoniais.

NOTA 29 AJUSTES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**29.1 Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/03/2026			31/12/2025		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	12.403	(229)	12.174	13.321	(917)	12.403
Total	39.398	(229)	39.169	40.316	(917)	39.398

De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da ICPC 10, Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no

grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante, valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL obtida com a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

NOTA 30 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação
	01/01/2026	01/01/2025	%
	31/03/2026	31/03/2025	
Receitas			
Receitas com Pesquisas	16	2.015	-98,21%
Receitas com Estágios	-	29	-100,00%
Receitas com Sócios Locatários	2	3	-33,33%
Receitas Convênio Faurgs – Pesquisa e Estágio	2.559	-	-
Total	2.577	2.047	25,89%

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e da taxa de alimentação dos sócios locatários (Nota 5).

NOTA 31 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação
	01/01/2026	01/01/2025	%
	31/03/2026	31/03/2025	
Custos dos Serviços			
Salários e Encargos	(431.456)	(383.230)	12,58%
Benefícios da Folha de Pagamento	(44.733)	(27.864)	60,54%
Provisões Trabalhistas	(33.934)	(23.952)	41,68%
Consumo de Material	(72.815)	(61.110)	19,15%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	(10.215)	(8.061)	26,72%
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(73.321)	(33.946)	115,99%
Depreciações/Amortizações	(6.867)	(5.237)	31.12%
Encargos Tributários	(25)	(22)	13,64%
Total	(673.366)	(543.422)	23,91%

Colaboradores	Período	Período	Variação
	Atual	Anterior	
	31/03/2026	31/03/2025	
Empregados Efetivos	12.061	9.777	23,36%
Empregados Temporários	377	69	446,38%
Médicos Residentes	462	439	5,24%
Residentes Multiprofissionais	176	136	29,41%
Total	13.0076	10.421	24,86%

O custo dos serviços prestados abrange a totalidade dos custos diretos inerentes à prestação dos serviços assistenciais, incluindo remunerações e encargos sociais, benefícios concedidos em folha (tais como auxílio-creche, vale-transporte e vale-alimentação), provisões para obrigações trabalhistas, consumo de materiais médico-hospitalares e de expediente, despesas com serviços de terceiros prestados por pessoas físicas (médicos residentes e profissionais da residência multiprofissional) e jurídicas (relativos a estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros,

locações, conservação, reparos e manutenção, dentre outros), depreciação e amortização de ativos, bem como encargos tributários incidentes (a exemplo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU sobre imóveis locados, taxas de coleta de resíduos sólidos, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais). O montante do custo dos serviços foi determinado com base no dispêndio incorrido por cada setor diretamente vinculado à prestação dos serviços.

NOTA 32 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação Período
	01/01/2026	01/01/2025	%
	31/03/2026	31/03/2025	
Despesas			
Salários e Encargos	(42.681)	(39.724)	7,44%
Benefícios da Folha de Pagamento	(4.485)	(2.281)	96,62%
Provisões Trabalhistas	(3.893)	(2.882)	35,08%
Consumo de Material	(7.457)	(5.361)	39,10%
Serviços Profissionais - Pessoa Física	-	(37)	-100,00%
Serviços de Terceiros– Pessoa Jurídica	(29.767)	(16.492)	80,49%
Depreciações/Amortizações	(2.366)	(2.224)	6,38%
Encargos Tributários	(45)	(30)	50,00%
Total	(90.694)	(69.031)	31,38%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação %
	31/03/2026	31/03/2025	
Empregados Efetivos	923	726	27,13%
Empregados Temporários - HFB	16	262	-93,89%
Total	939	988	-5,96%

As despesas gerais administrativas compreendem todos os gastos inerentes à prestação dos serviços assistenciais, incluindo remunerações e encargos sociais, benefícios concedidos em folha (tais como auxílio-creche, vale-transporte e vale-alimentação), provisões para obrigações trabalhistas, consumo de materiais médico-hospitalares e de expediente, despesas com serviços de terceiros prestados por pessoas físicas (médicos residentes e profissionais da residência multiprofissional) e jurídicas (relativos a estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros, locações, conservação, reparos e manutenção, dentre outros), depreciação e amortização de ativos, bem como encargos tributários incidentes (a exemplo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU sobre imóveis locados, taxas de coleta de resíduos sólidos, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais). O montante da despesa dos serviços foi determinado com base no dispêndio incorrido.

NOTA 33 REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS PAGOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

33.1 Remuneração

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	31/03/2026			31/03/2025		
Valores em R\$ 1	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretoria Executiva	29.017	29.017	29.017	27.680	27.680	27.680
Conselho de Administração	3.144	3.144	3.144	2.999	2.999	2.999
Conselho Fiscal	3.144	3.144	3.144	2.999	2.999	2.999
Comitê de Auditoria	4.193	4.193	4.193	4.000	4.000	4.000
Empregados	46.366	2.585	10.365	46.366	2.448	9.890

Nota: Valores em Unidades de Reais.

33.2 Benefícios a Empregados e Diretores

	Período Atual		Período Anterior	
	31/03/2026		31/03/2025	
	Valores	Média	Valores	Média
Vale Transporte	3.369	385	2.935	391
Vale Alimentação	39.767	1.000	22.540	752
Auxílio Creche	1.957	1.097	1.756	1.018
Previdência Complementar	12.794	-	9.663	-
Refeições	2.143	13	1.628	11
Total	60.030		38.522	-

Nota: Valores em milhares de Reais.

33.3 Diárias e Ajuda de Custo

	Período Atual		Período Anterior	
	31/03/2026		31/03/2025	
	Diárias	Passagens	Diárias	Passagens
Administradores	27	42	29	10
Empregados	98	4	56	37
Hospital Federal de Bonsucesso	15	167	236	241
Total	142	213	321	288

Nota: Valores em Milhares de Reais.

Em observância à Resolução nº 30, de 04 de agosto de 2022, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, e ao disposto no Art. 12, Inciso I, da Lei nº 13.303/16, combinado com o Art. 19 do Decreto nº 8.945/16, apresenta-se no quadro precedente a remuneração mensal e individual dos membros da alta administração e dos empregados, abrangendo vencimentos base, vantagens pessoais, adicionais, horas extraordinárias e demais despesas inerentes à remuneração paga. Cumpre ressaltar que a linha referente à remuneração dos diretores não contempla os valores percebidos por um dos diretores em decorrência de sua atuação como membro do Conselho de Administração, tampouco o terço constitucional de férias pago anualmente e os depósitos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) efetuados mensalmente em conta vinculada, os quais estão detalhados na Nota Explicativa nº 16.3. Em Reunião Ordinária, realizada em 28 de abril de 2025, o Conselho de Administração deliberou em ata de nº 377 pela reeleição dos atuais membros da diretoria executiva para o biênio 2025/2027. A Assembleia Geral Ordinária – AGO, datada de 28 de abril de 2025, deliberou pela aprovação da remuneração dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria, pelo período 2025-2026, conforme a seguir: a) Administradores (Presidente, Diretores e membros do

Conselho de Administração) até R\$ 2.955.093,64, b) Conselho Fiscal até 113.166,00 e Comitê de Auditoria até R\$ 150.995,20. Destaca-se que os benefícios concedidos aos empregados foram apresentados com base nos valores do primeiro trimestre de 2026, registrando-se uma média mensal de 2.913 empregados beneficiados com vale-transporte, 12.394 com vale-alimentação e 595 filhos de empregadas com auxílio-creche.

NOTA 34 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação
	01/01/2026 31/03/2026	01/01/2025 31/03/2025	%
Outras Receitas Operacionais			
Doações Recebidas – Ministério da Saúde	1.015	93	991,40%
Doações Recebidas – Empresas Privadas	281	165	70,30%
Doações Recebidas – Município de Porto Alegre (RS)	13	-	100,00%
Doações Recebidas – Secretaria Estadual de Saúde (RS)	350	10	3.400,00%
Doações Recebidas – Bens Móveis e Imóveis	33	5	560,00%
Doações Recebidas	147	203	-27,59%
Exclusividade – Prestação de Serviços Bancários	3.232	2.359	37,01%
Exclusividade – Gestão Empréstimos Consignados	52	(217)	123,96%
Receita Eventual – Recuperação de Créditos	85	29	193,10%
Receita Eventual – Multas Contratuais	230	529	-56,52%
Aluguéis	39	32	21,88%
Reversão de Provisões com Investimentos	96	260	-63,08%
Total	5.573	3.468	60,70%

34.1 Doações Recebidas – Este grupo de contas compreende os valores e bens recebidos a título de doação, tanto de entidades públicas quanto privadas. Entre os doadores destacam-se o Ministério da Saúde, bem como patrocinadores de projetos de pesquisa que destinam medicamentos para utilização nos estudos clínicos e científicos em desenvolvimento no Grupo. Adicionalmente, empresas do setor privado contribuem com doações de materiais de consumo e bens móveis.

34.2 Exclusividade na Prestação de Serviços Bancários – Esta rubrica compreende a receita auferida em decorrência do contrato firmado para a centralização do processamento da folha de salários e demais movimentações financeiras de pagamento a credores, celebrado com o Banco do Brasil S.A. O prazo de vigência do contrato 129/20, aditivo 202/25 é de sessenta meses, com vigência de abril de 2025 a abril de 2030.

34.3 Exclusividade na Gestão de Empréstimos Consignados - Esta rubrica compreende as receitas provenientes da gestão do cadastro de empregados com empréstimos consignados. Tal gestão é operacionalizada por meio de um sistema fornecido pela empresa MI Montreal Informática S.A., a qual executa o controle operacional e gerencial das referidas operações de crédito.

34.4 Receitas Eventuais – Esta rubrica congrega diversas receitas de natureza operacional, incluindo a recuperação de créditos anteriormente provisionados para perdas, em virtude de seu recebimento em exercícios subsequentes, e as receitas oriundas da aplicação de multas contratuais a fornecedores, motivadas pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas nos respectivos instrumentos contratuais.

34.5 Aluguéis – Esta rubrica compreende as receitas provenientes do arrendamento operacional de áreas físicas a associações de funcionários, bem como de uma sala situada no Centro Administrativo do GHC, destinada à

exploração de cafeteria pela empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP. Os contratos em que a Entidade figura como arrendadora são classificados como arrendamentos operacionais, em consonância com as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. Os recebimentos relativos a esses arrendamentos são registrados mensalmente como receita de aluguel e reconhecidos segundo o regime de competência.

34.6 Reversão da Provisão com Investimentos – Referente ao resultado positivo apurado da AHPA, refletindo com variação aumentativa na conta de perdas com investimento no ativo.

NOTA 35 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação
	01/01/2026 31/03/2026	01/01/2025 31/03/2025	%
Outras Despesas Operacionais			
Provisão para Indenização Trabalhista	(108.148)	(47.886)	125,84%
Reversão da Provisão para Indenização Trabalhista	23.336	17.072	36,69%
Provisão para Indenização Cível	(6.196)	(5.053)	22,62%
Reversão da provisão para Indenização Cível	5.170	-	-
Provisão para Indenização Cível – Imunidade Tributária	(1)	(1)	-
Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD	(254)	(208)	22,12%
Perdas Estimadas com Estoques	(1.780)	(2.028)	-12,23%
Reversão de PECLD (Estoques)	1.766	1.633	8,14%
Reversão de PECLD	-	96	-100,00%
Provisão para Riscos Fiscais	(131)	(115)	13,91%
Encargos Judiciais	(432)	(369)	17,07%
Mensalidades Associativas	-	(64)	-100,00%
Perdas Patrimoniais	(377)	(247)	52,63%
Perdas Eventuais – Multas Contratuais	(16)	(32)	-50,00%
Perdas Eventuais – Outros Créditos	(228)	(283)	-19,43%
Total	(87.292)	(37.485)	132,87%

Esta rubrica abrange as despesas reconhecidas segundo o regime de competência, concernentes às provisões para indenizações cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 22), perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6), perdas com investimentos (Nota Explicativa nº 14), provisão para perdas com estoques (Nota Explicativa nº 8) e provisão para riscos fiscais (Nota Explicativa nº 21). Incluem-se, outrossim, as despesas com encargos judiciais (de natureza cível e trabalhista), pensões vitalícias, custas processuais e honorários advocatícios, as mensalidades associativas devidas ao Sindicato dos Hospitais – SINDIOSPA e à Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE, bem como as perdas patrimoniais relativas ao valor residual de bens baixados do ativo, perdas eventuais e multas contratuais.

NOTA 36 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Em novembro de 2024 entrou em vigor o Plano de Previdência Complementar: BB PREV Realize +, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 2012000665, autorizado pelo Conselho de Administração, através da ata nº 332 de 19 de junho de 2024, com patrocínio do Grupo Hospitalar Conceição S.A e administração pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), com cobertura de risco nos casos de invalidez ou falecimento assegurada por Contrato de Seguro firmado entre a **BB Previdência**, na qualidade de EFPC administradora do Plano e Estipulante da Apólice, e a Sociedade Seguradora.

	Período Atual		Período Anterior	
PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	31/03/2026		31/03/2025	
	Valores	Nº de Funcionários	Valores	Nº de Funcionários
Previdência Patrocinadora	12.794	3.116	9.663	2.217-
Total	12.794	3.116	38.522	2.217-

NOTA 37 DESPESAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Variação
	01/01/2025 31/03/2026	01/01/2025 31/03/2025	
Despesas Financeiras			
Juros Passivos	(1)	(14)	-92,86%
Multas Compensatórias	(8.041)	(403)	1.895,29%
Variação Monetária	(1)	(2)	-50,00%
Total	(8.043)	(419)	1.819,57%

Engloba os dispêndios relativos a multas compensatórias, tarifas bancárias, juros passivos e outras variações passivas. Adicionalmente, compreende os juros referentes à atualização monetária das contas do passivo, reconhecidos em consonância com o princípio do regime de competência. A variação aumentativa em multas compensatórias refere-se as rescisões da filial do Rio de Janeiro.

NOTA 38 RECEITAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Período Anterior	Varição
	01/01/2026 31/03/2026	01/01/2025 31/03/2025	%
Receitas Financeiras			
Rendimento de Aplicação Financeira	2.915	1.867	56,13%
Juros sobre a Repetição de Indébito de Tributos	20	28	-28,57%
Juros sobre Outras Contas do Ativo	700	2.647	-73,55%
Varição Monetária Ativa – Depósitos Recursos (FGTS)	184	193	-4,66%
Varição Monetária Ativa – Outras Contas do Ativo	147	115	27,83%
Total	3.966	4.850	-18,23%

Esta rubrica compreende, em observância ao regime de competência, os rendimentos auferidos em aplicações financeiras, os juros incidentes sobre as repetições de indêbitos reconhecidas no realizável a longo prazo, os juros e as variações monetárias pertinentes a diversas contas do ativo.

NOTA 39 SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Contas	Período Atual	Período Anterior	Varição
	01/01/2026 31/03/2026	01/01/2025 31/03/2025	%
Repasses Recebidos			
Pessoal	484.581	435.018	11,39%
Pessoal – Devolução Depósitos Recursais Recebidos	(982)	(537)	82,87%
Benefícios da Folha de Pagamento	52.892	32.074	64,91%
Médicos Residentes	7.673	6.012	27,63%
Residência Multiprofissional	2.298	1.950	17,85%
Sentenças Judiciais Trabalhistas	4.021	3.845	4,58%
Manutenção Custeio	77.579	69.441	11,72%
Manutenção Custeio – Repasse Não Recebido	40.695	26.832	51,67%
Manutenção Custeio – Cancelamento de Repasse	(12)	(5)	140,00%
Manutenção Custeio – Crédito Extraordinário MP 1218/2024	-	15	-100,00%
Reformas	1.072	467	129,55%
Pensões	428	365	17,26%
Realização de Subvenção –Emendas Parlamentares para Custeio	1.642		-
Regularização de Subvenções	-	(1)	-100,00-
Total	(671.887)	(575.476)	16,75%

Os repasses financeiros recebidos do Ministério da Saúde e os valores pagos mediante cotas orçamentárias foram classificados como subvenção para custeio, em consonância com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. O reconhecimento dessas subvenções na receita ocorre quando os recursos são utilizados, na mesma proporção das despesas incorridas, destinando-se ao custeio de despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios em folha, indenizações cíveis e trabalhistas, e demais gastos operacionais. Os recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde, anteriormente vinculados à prestação de serviços, passaram a ser disponibilizados diretamente no orçamento do

Grupo Hospitalar Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 15.346, de 2026, e na Lei Orçamentária Anual nº 15.121, de 2025. Tais recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo montante total orçado (Nota Explicativa nº 7), tendo como contrapartida uma conta do passivo circulante (Nota Explicativa nº 23). As despesas com materiais de consumo e serviços a serem liquidadas com esses recursos são registradas contabilmente segundo o regime de competência, na mesma proporção em que a receita é transferida do passivo circulante para a conta de subvenção para custeio. À medida que os recursos são efetivamente repassados pelo Ministério da Saúde, em função da necessidade financeira de desembolso do Grupo, ocorre a baixa correspondente no ativo circulante.

NOTA 40 LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	01/01/2026 31/03/2026	01/03/2025 31/03/2025
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(175.392)	(64.516)
Provisão/Reversão para Indenizações Trabalhistas	84.812	30.814
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis	1.026	5.053
Provisão/Reversão para Indenizações Cíveis – Imunidade Tributária	1	1
Provisão/Reversão para Riscos Fiscais	131	115
Perdas/Ganhos de Capital	-	-
Prejuízo do Exercício Ajustado	(89.422)	(28.523)
Nota: Prejuízo do Exercício Ajustado após exclusões e adições das provisões cíveis, trabalhistas, riscos fiscais e investimento.		

Visando à adequada determinação do resultado do período de 31 de março de 2026, o prejuízo de R\$ 175.392 foi ajustado pela incorporação dos impactos decorrentes da constituição e reversão de provisões de natureza trabalhista, cível e investimentos. Após a efetivação desses ajustes, o prejuízo apurado apresentou uma redução significativa, situando-se na ordem de R\$ 89.422.

Prejuízo Acumulado

Contas	Período Atual	Período Anterior
	31/03/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	(1.095.062)	(864.258)
Resultado do Período	(175.392)	(232.105)
Reserva de Reavaliação	96	385
Ajuste de Avaliação Patrimonial	229	917
Saldo Final	(1.270.129)	(1.095.062)

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados apresentou um incremento de 15,99% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao exercício de 2025, atingindo o montante de R\$ 1.270.129. Esse aumento expressivo possui relação direta com as particularidades orçamentárias e o modelo de financiamento da filial do Rio de Janeiro.

O custeio da referida filial são integralmente apropriadas pelo regime de competência à medida que são incorridas, impactando de imediato o resultado do período. Contudo, o aporte de recursos correspondente ocorre por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), cujo regramento normativo estabelece que o reconhecimento da receita equivalente só deve ser efetuado após a devida aprovação formal da prestação de contas junto ao órgão repassador diferentemente das subvenções de custeio ordinárias.

Este descasamento temporalizado em que o reconhecimento do custo é imediato e a receita correspondente permanece diferida até a homologação da prestação de contas gera um déficit contábil temporário. Esse efeito influencia significativamente o resultado consolidado e expande o saldo da conta de Prejuízos Acumulados, despontando como o principal fator para a variação aumentativa do Patrimônio Líquido Negativo do Hospital de (R\$ 655.463) em 2025 para (R\$ 819.037) em 2026.

NOTA 41 CONTA DE COMPENSAÇÃO

Em janeiro de 2025, procedeu-se à implantação, nos sistemas de estoque e controle de dispensação do Grupo Hospitalar Conceição, do montante de R\$ 35.329.822,60, concernente aos estoques recebidos em decorrência da descentralização dos serviços de saúde na filial estabelecida no Rio de Janeiro. A partir desta data, esse quantitativo, materializado pelo Ofício nº 62/2024 de contagem integral dos estoques, passou a ser gerido e controlado pelo Grupo Hospitalar Conceição S.A.

Conforme preconiza a Portaria nº 5.514, de 14 de outubro de 2024, esses valores permanecerão registrados em contas de compensação, com o objetivo de assegurar o controle e a relevância desta destinação patrimonial, até a manifestação formal do Ministério da Saúde acerca de sua destinação definitiva.

Descrição	Implantação	Aquisições	Transposição	Saldo Final
Implantação HFB Ofício 62/2024	35.330	9.972	(35.330)	9.972

Demonstração do Saldo de Conta de Compensação – Estoques Descentralizados

Ao findar o primeiro trimestre de 2026, a filial do Rio de Janeiro recebeu um adicional de R\$ 6.400 em materiais de processo licitatório da antiga unidade orçamentária, os quais foram incorporados ao estoque para dispensação e, similarmente, estão sendo controlados por meio de contas de compensação, aguardando a diretriz do Ministério da Saúde para sua correta alocação patrimonial. Ao findar de 2025 o Ministério da saúde transferiu R\$ 35.330 para a unidade gestora do Grupo Hospitalar Conceição S.A.

NOTA 42 COBERTURA DE SEGUROS

Contas	Período Atual 31/03/2026	Período Anterior 31/12/2025
Limite Máximo de Indenização		
Incêndios	286.936	286.936
Roubos e/ou Furtos de Bens	3.499	3.499
Responsabilidade Civil das Operações	17.496	17.496
Veículos	-	-
Seguro de Vida em Grupo	66	66
Seguro Responsabilidade Civil para Administradores	12.150	12.150
Total	320.147	320.147

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros contra o patrimônio. A apólice para cobertura de incêndio (inclui explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de

veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza), roubos e/ou furtos de bens e responsabilidade cível, tem vigência de 12/08/2025 a 12/08/2026. O seguro de vida em grupo contratado em cumprimento a Lei nº 11.788/08, Art. 9º, Inciso IV, Parágrafo Único, para a Residência Multiprofissional desde 18/09/2017, prevê cobertura de assistência funeral, invalidez por doença ou por acidente parcial ou total, está sendo renovada anualmente. A vigência do aditivo atual é de 24/11/2025 a 23/11/2026. No segundo trimestre de 2025 foi contratado seguro para cobertura de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) com vigência de 30/04/2025 a 30/04/2026.

NOTA 43 DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao Inciso VI do Art. 8º da Lei nº 13.303/16, informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Contas	Exercício Atual 31/12/2025	Exercício Anterior 31/12/2024	Variação %
PRODUÇÃO/QUANTIDADE			
Consultas / Atendimento / Acompanhamento	1.937.213	1.895.322	2,21%
Procedimentos Clínicos	656.704	524.455	25,22%
Procedimentos com Finalidade Diagnóstica	3.522.587	3.001.963	17,34%
Internações	61.942	60.340	2,65%
Procedimentos Cirúrgicos	115.870	69.825	65,94%
Partos	6.237	6.407	-2,65%
Total	6.300.553	5.558.312	13,35%
INDICADORES HOSPITALARES (MÉDIA)			
Média de Permanência Hospitalar	7,3 dias	7,7 dias	
Taxa de Ocupação Hospitalar	85,71%	84,10%	
Taxa de Mortalidade Institucional	3,84	4,13%	

O Grupo Hospitalar Conceição S.A. adotou, a partir de janeiro de 2024, novo software para informar a produção das suas unidades hospitalares, a saber: o Tab Win. Este programa tem por finalidade permitir às equipes técnicas do Ministério da Saúde, das Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais de alimentar os sistemas de informações do SUS - Sistema Único de Saúde. Os indicadores de produção de serviços antes eram gerados pelo GHC Sistemas, software próprio, o qual, atualmente, tem por objetivo produzir informações para tomada de decisão interna. A produção quantitativa fica disponível, aproximadamente, 90 dias após o fechamento do período no Sistema Tab Win, portanto os dados apresentados referem-se ao quarto trimestre de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024. Os indicadores acima listados sintetizam a produção quantitativa do Grupo Hospitalar Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS.

NOTA 44 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Durante o primeiro trimestre de 2026 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pelo GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO S.A. observaram estritamente seus objetivos sociais, conforme delineado no Artigo 2º do seu Estatuto Social. As referidas transações encontram-se devidamente contabilizadas e apresentadas nas demonstrações contábeis. Destarte, em consonância com o Inciso I do Parágrafo 2º do Artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade, bem como com o Parágrafo 2º do Inciso IX do Artigo 8º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e o Artigo 13 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, inexistem valores a serem informados nesta nota explicativa concernentes a obrigações e responsabilidades assumidas em desacordo com os objetivos sociais da Entidade.

NOTA 46 CONTINUIDADE OPERACIONAL

A sustentabilidade financeira do Grupo depende da manutenção constante e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas 7, 23, 27 e 39) repassados pelo Ministério da Saúde, recursos imprescindíveis para a continuidade da assistência hospitalar integralmente gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

NOTA 47 EVENTOS SUBSEQUENTES

Do dia 31 de março de 2026 até a data de emissão destas demonstrações, 05 de maio de 2026, não se verificaram eventos de natureza tal que pudessem impactar significativamente a situação patrimonial, econômica e financeira retratada nas demonstrações contábeis ora apresentadas.

GILBERTO
BARICHELO:5210128
2968

Gilberto Barichello
Diretor-Presidente
CPF 521.012.829-68

JOAO CONSTANTINO
PAVANI
MOTTA:20295456000

João Constantino Pavani Motta
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 202.954.560-00

QUELEN TANIZE ALVES
DA SILVA:77966457087

Quelen Tanize Alves da Silva
Diretora de Inovação, Gestão do Trabalho e Educação
CPF 779.664.570-87

ROSANA REIS
NOTHEN:29345
774068

Rosana Reis Nothen
Diretora de Atenção à Saúde
CPF 293.457.740-68



Documento assinado digitalmente

FERNANDO DA CUNHA SOARES
Data: 01/06/2026 10:47:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando da Cunha Soares
Contador CRC/RS- 093951/O-4
CPF 019.604.250-05